

REVISTA DA FACUL-
DADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



VOL. XXVIII

1987

COMISSÃO DE REDACÇÃO

PRESIDENTE

Prof. DOUTOR DIOGO FREITAS DO AMARAL
Presidente do Conselho Científico

VOGAIS

Prof. DOUTOR PEDRO SOARES MARTINEZ

Prof. DOUTOR RUI DE ALBUQUERQUE

Prof. DOUTOR JORGE MIRANDA

Lic. JOSÉ DUARTE NOGUEIRA

Lic. ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

Lic. NUNO PIÇARRA

Lic. RUI PEREIRA

I. <i>Doutrina</i>	
Marcello Caetano — <i>O barroco mineiro</i>	9
José de Oliveira Ascensão — <i>A caducidade da expropriação no âmbito da reforma agrária</i>	27
Ruy de Albuquerque — <i>De Re Philosophica</i> — <i>O Doutor António José Brandão</i>	87
Maria Luísa Duarte — <i>As receitas tributárias das regiões autónomas</i>	99
Carlos Blanco de Moraes — <i>A responsabilidade criminal do indivíduo em Direito Internacional</i>	135
II. <i>Vida da Faculdade</i>	
<i>Doutor Vasco Taborda Ferreira</i>	177
André Gonçalves Pereira — <i>Marcello Caetano — Prof. da Faculdade de Direito de Lisboa</i>	179
III. <i>Jurisprudência anotada</i>	
José de Oliveira Ascensão — <i>Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça</i>	187
IV. <i>Documentos</i>	
José Dias Marques — <i>Índice dos vocábulos do Código Civil Português (cont.)</i>	203
Jorge Miranda — <i>Um anteprojecto de lei de bases das Universidades</i>	323

O BARROCO MINEIRO (*)

Marcello Caetano

Belo Horizonte, 1975

Senhor Presidente da Academia
Senhores Acadêmicos
Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Nesta sucessão de gentilezas e de deslumbramentos que tem sido a minha primeira visita ao Estado de Minas Gerais, coube-me hoje a honra de ser recebido e saudado pela palavra

(*) O presente texto reproduz a conferência proferida pelo Prof. Marcello Caetano em 1975, em Belo Horizonte, a convite da Academia Mineira de Letras. Dela tomámos conhecimento através do presidente desta Academia, Vivaldi Moreira, e logo fizemos o propósito de promover também a sua publicação em Portugal, depois de obtida autorização da Família.

Na sequência da homenagem que a Faculdade de Direito acaba de prestar ao eminente Mestre por ocasião do 50.º aniversário da primeira edição do *Manual de Direito Administrativo*, a sua Revista honra-se em inserir nas suas páginas — tantas vezes ilustradas pelas palavras claras de Marcello Caetano — mais este seu trabalho, que é, simultaneamente, um estudo histórico-jurídico, uma reflexão de cultura e uma manifestação de amor ao Brasil e a Portugal.

Jorge Miranda

eloquente e erudita do Prof. Alberto Deodato, no mais ilustre salão mineiro devotado às coisas do espírito.

Não venho aqui sem acanhamento. O que me constrange não é vir à vossa presença que sei generosa e fidalga: é ter de falar perante tal auditório.

Quando comecei, após a minha chegada ao Rio, a frequentar as reuniões hebdomadárias da Academia Brasileira de Letras, que há anos me distinguiu chamando-me ao seu seio, preveni que ia apenas escutar para aprender.

Sou, na verdade, hoje em dia, mero estudante do passado e do presente do Brasil. Embora desde sempre me tenha interessado pela cultura brasileira e lido muitos dos seus autores e seguido os passos da vida política, literária e artística do País, senti, ao fixar a minha residência aqui, a necessidade de um conhecimento mais sistemático e de uma informação mais vasta e profunda. E assim me tenho aplicado à geografia, à história, à literatura, à arte, à sociologia, ao direito brasileiro. Verificando, quanto mais estudo, o muito que me falta a saber.

Tanto mais que esta aprendizagem tem sido feita sobre poucos livros, pois sou leitor de lenta leitura e prefiro concentrar-me nos autores representativos a devorar a esmo quanto me caia sob os olhos. É à medida que leio e procuro assimilar, reflito. Sem propósito, sem sistema, mas por pendor natural, vou reflectindo. De tal modo que a nossa conversa de hoje talvez pudesse chamar-se «reflexões de um estudante de coisas brasileiras sobre uma viagem a Minas Gerais». Sem aquela ingenuidade própria dos iniciados, porque não se trata de iniciação. Mas com a modéstia conveniente a quem sabe que não vai descobrir a pólvora e ainda menos ensinar o padre-nosso ao vigário.

A minha visita aqui foi uma visita de estudo. Nunca me contentei com a aprendizagem por livros. Tive sempre por lema contrastar com a experiência pessoal, seja vivência na ação, seja ver com os próprios olhos, seja reflexão crítica, aquilo que se colhe da letra impressa como fruto do labor alheio. É necessário tomar contacto com o saber acumulado, mas a passiva conformidade com o dito e feito por outros seria este-

rilizante. Um homem com responsabilidades intelectuais não pode deixar de sujeitar ao juízo do seu critério aquilo que os outros lhe transmitem, até para poder optar entre as múltiplas concepções e explicações e soluções que hoje em dia lhe são propostas. Ponto é que tenha capacidade para julgar e método que o habilite ao julgamento.

Não sou, pois, rato de biblioteca, embora a minha vida se tenha passado em grande parte entre livros, e dos livros tenha colhido muitas das mais belas emoções e muitos dos elementos capitais da minha formação. Gosto de fazer excursões por fora do mundo calmo das leituras, ainda que, por vezes, as tentações do alpinismo me tenham valido aparatosas quedas de que guardo persistentes nódoas negras...

É por isso que ao aprofundar a História do Brasil me veio cedo o apetite de conhecer mais de perto as regiões que foram teatro das grandes cenas marcantes da formação e do amadurecimento da sociedade brasileira.

Pernambuco e a Bahia tive ensejo de conhecer já. Visitei o Recife e Olinda pela primeira vez em 1941 e como toda a gente da minha geração aprendi com Gilberto Freyre os segredos da sociedade escravocrata estruturada com a cultura da cana e os engenhos do açúcar.

Na Bahia, gozei o privilégio de passar três semanas, há-de haver quinze anos, o que me deu tempo para calmamente passear nas ruas e calçadas, meditar no cais, convier com o seu povo, assistir aos seus candomblés, visitar as suas igrejas, os seus monumentos e os seus museus, saborear, numa palavra, um pouco dos seus encantos.

Mas do muito que me falta ainda, a lacuna maior era a de Minas. Passei aqui uma manhã, de raspão, por Belo Horizonte. E mal tive tempo de dizer até à volta! Porque a volta estava sempre no meu pensamento. Não me bastava o ponto donde se desfruta o «belo horizonte»: era preciso ir em peregrinação aos lugares que esse horizonte cultural comporta, lugares-santos do barroco brasileiro nas artes plásticas como na literatura, e ao mesmo tempo marcos de uma gesta econômica

donde brotou a abundância de ouro e diamantes que enriqueceu e deslumbrou a Europa.

Antonil dera-me em tempos sugestões para o roteiro a percorrer na região prodigiosa de Minas Gerais dos Cataguases onde quando se busca água num ribeiro se colhem «granitos cor de aço» que vem a ser ouro finíssimo, e ao procurar areais auríferos se encontram entre o cascalho pedrinhas reluzentes que os peritos classificam como diamantes, sem falar na miragem das esmeraldas que desencadeia uma nova forma de caça, imortalizada nos versos de Olavo Bilac.

Esse roteiro ilustrava-o depois Diogo de Vasconcelos na sua beneditina *História de Minas Gerais*, tão recheada de notícias, de informações, de notas eruditas, cuja recente 3.^a edição o meu querido amigo Vivaldi Moreira logo me fez chegar às mãos.

Mas o Aleijadinho? Esse era quase uma obsessão. Biografias, reproduções, explicações — tudo tenho de há muito devorado à espera do dia feliz em que me fosse dado contemplar as obras e buscar adivinhar nelas o segredo do autor. Do misterioso Aleijadinho que Viana Moog, nesse inteligentíssimo livro que se intitula *Bandeirantes e Pioneiros*, considera o homem exemplar para o Brasil, como Lincoln o deve ser para os Estados Unidos.

Percorri maravilhado nestes dias a região onde, depois da Bahia, se formou o espírito nacional brasileiro. Procurando não só colher sensações exaltantes para a alma, mas também penetrar no fundo das coisas vistas e exercitar-me na compreensão do espírito histórico.

Chamo espírito histórico à capacidade de colocar num tempo diferente do nosso as figuras, os monumentos e os acontecimentos. Temos hoje propensão para julgar o passado à luz dos valores do presente. Como tantas vezes se vê erigir em valores absolutos numa época o que apenas se revelou válido num país, numa zona da terra, numa parcela da Humanidade praticante de certa civilização.

Não rejeito a crença em valores absolutos e como homem de leis defendi o Direito Natural. Mas a História é relativista.

Como relativas têm de ser as formas políticas e de organização social.

Se se fala tanto em pluralismo — por que tanta intransigência em admitir que através dos tempos houve várias maneiras de conceber e realizar os valores da Justiça e da Segurança, geralmente aceites, e como rejeitar a possibilidade de numa mesma época, através do espaço ecumênico, cada povo ter as instituições que lhe convêm?

Durante esta digressão tenho muitas vezes meditado sobre certos pontos, já todos eles, de resto, examinados e esclarecidos pelos historiadores.

Portugal mandou muitos degredados para colonizar o Brasil? Sem dúvida. Mas não vamos logo pensar que se tratava de irrecuperáveis marginais da escória social. As leis cominavam com facilidade a pena de degredo para terras que importava povoar. Primeiro, dentro mesmo de Portugal; depois para a ilha de S. Tomé e para o Brasil. Delitos leves, a simples barganha ou os amores ilícitos, davam aso à deportação. Como nota na sua magnífica *História do Brasil* o insigne Pedro Calmon «a expatriação tinha sentido ambíguo de correctivo e expurgo com a vantagem de encaminhar para as colónias quantos sobrando no reino, lhes faziam falta. Temperamentos exaltados, gente violenta, aventureiros joviais, consciências azedas, homens prestantes e pobres diabos, resíduos de uma sociedade que os rejeitava, achariam na terra a sua oportunidade de trabalho, recuperação, fortuna. Até de resposta à civilização madrasta!»

Castigavam-se cruelmente os crimes de lesa majestade, capitulados de inconfidência, ou traição à fé jurada ao Príncipe? Era a prática aceite e generalizada do tempo. Não inventavam as autoridades portuguesas sanções especiais para punir os conspiradores ou insurrectos do Brasil: apenas applicavam uma jurisprudência assente, por formas universalmente consagradas.

Por isso tão inconveniente me parece fazer do julgamento dos inconfidentes e da execução do Tiradentes motivos de ressentimento contra Portugal, como seria estulto alimentar entre os portugueses de hoje sentimentos de irritação contra os que, nos tempos da colônia, lutaram pela independência do

Brasil. E quando, na minha passagem por aqui, há anos o governador Israel Pinheiro me entregou a Grande Medalha da Inconfidência, não podia deixar de me sentir comovido e honrado, pois tudo está certo na sucessão da História, e se considero que a independência brasileira foi das mais oportunamente proclamadas, nem cedo de mais, nem tarde demais, (como já Lúcio José dos Santos observou) é justíssimo que se celebrem e honrem os precursores: o facto de a vinda de Cristo ter acontecido na hora exactamente marcada nos planos providenciais não impede que os cristãos prestem culto aos profetas e àquele que foi precursor do Messias e o seu Batista.

Cobrava o Erário Régio pesados tributos pela extração do ouro? Desde o Direito Romano que o soberano gozava dessa regalia correspondente ao seu domínio emitente sobre as riquezas naturais do subsolo. E se é certo que o Monarca tinha segundo as *Ordenações*, «direito real» sobre «os reinos e minas de ouro e prata e qualquer outro metal», que exercia cobrando o quinto do valor dos metais tirados, depois de fundidos e apurados, também tem de compreender-se, por inerente à natureza humana, a repugnância com que os mineiros pagavam o que deviam à Coroa e a sensação de opressão que lhes causava o estreito controle a que os submetia o Fisco.

Reparo, aliás, que todos os autores falam insistentemente nos quintos pagos à Coroa, graças aos quais os reis de Portugal maravilharam as cortes europeias e a Santa Sé, e construíram no reino obras magnificentes, como o convento de Mafra e o aqueduto das Águas Livres, reconstruindo Lisboa depois do terremoto. Mas os monarcas não esqueciam o Brasil, onde por conta dos quintos se pagavam também despesas públicas e cujas dioceses, no cumprimento dos deveres do padroado, contemplavam com paramentos requintados, imagens belíssimas, alfaias da mais fina prata, até louças da China. Bem; e os quatro quintos do ouro que ficavam nas mãos dos mineradores? Não se esqueça que 80% do ouro que passava nas casas de fundição, era muito ouro; e que a essa quantidade conhecida tem de acrescentar-se o metal descaminhado aos direitos que, apesar de toda a fiscalização e de pesadas sanções aplicadas aos sonegadores, foi

sempre imenso. Em poder dos particulares ficou, pois, quatro, cinco ou seis vezes mais ouro do que aquele que fazia do rei de Portugal um invejado nababo.

Eram suntuosos os templos, ricas as alfaias e grandiosas as demoradas procissões e cerimônias litúrgicas? Não havia outro modo de dar aos sentidos rudes do povo a noção de que Deus é o Ser infinitamente poderoso e amável ao qual é devida toda a honra e glória.

Um certo sentimento de culpa levava a atribuir ao Senhor um quinhão da riqueza tão de repente conseguida. E o Céu só podia ser representado como lugar onde tudo era doirado, num ambiente de luzes fortes, cores vivas e coros harmoniosos. O barroco nas artes plásticas traduz aquele «Céu aberto na terra» que os pregadores e os poetas celebravam nos arroubos místicos das suas visões de crentes. Nem existiam outros meios de proporcionar espectáculos populares onde a música, a cor, as luzes, a figuração, o movimento, oferecessem à imaginação tão rico e impressionante alimento. A vida social estava toda impregnada de religiosidade, e era o calendário da Igreja que marcava o ritmo das estações.

Eram os colonos, foram os bandeirantes, homens violentos, desabridos, cúpidos...? Mas só raras almas de eleição como alguns apóstolos missionários, se sujeitavam às asperezas do clima, às inclemências das viagens, aos tormentos das doenças, aos riscos que a cada passo a Natureza punha diante dos seus pés e outros homens criavam maldosamente, para gozar as belezas de uma paisagem ou contemplar, com amor, maravilhas da Criação, o comum das pessoas buscava tirar de tantos sofrimentos e perigos alguma vantagem pessoal e compensar com rudes prazeres as cruciantes penas pacientemente suportadas em meses de privação e de tensão. Está agora na moda condenar, como «imperialistas e colonialistas» quantos abordaram terras desconhecidas e aí procuraram difundir novas formas de vida, implantar novas técnicas, pregar novos valores. Mas que seria hoje o Mundo se continentes inteiros permanecessem nas eras mais primitivas da civilização, alheios a todas as transformações e conquistas com que, nos domínios do espírito como no âmbito

da matéria, a Asia primeiro e a Europa depois, foram afeiçoando a Humanidade, para a fazer enfrentar os desafios de mais altos destinos e habilitar a submeter a Natureza ao império da Razão? Pode chorar-se a perda da inocência da Idade de Ouro, deplorar a expulsão do homem do Paraíso terreal, lastimar que os nossos dias assistam à progressiva degradação das maravilhas naturais — mas desde que foram vencidas as dificuldades de comunicação, nenhuma força humana poderia impedir que se estabelecesse contacto entre habitantes das diversas regiões do globo e que as culturas mais evoluídas e mais agressivas se impusessem às outras. Sem que aliás possa negar-se que essas culturas, que podemos chamar colonizadoras, tendo como elemento distintivo — o melhor aproveitamento da Natureza ao serviço do homem, primeiro, — a submissão do meio natural à razão humana, depois, — produziram inegáveis benefícios para as regiões colonizadas.

Perdido o Paraíso, o «bom selvagem» vivia na ignorância e no medo, roído de doenças, ameaçado pelos bichos limitado pelos elementos, tiranizado pelos régulos, sem que a disseminação em pequenos grupos permitisse uma sociabilidade mais perfeita e algum progresso para fugir da rotina milenária. As lutas, os sacrifícios humanos, o canibalismo, a feitiçaria, a escravidão, tudo isso que a colonização encontrou, não era de certo a idade de ouro de que os poetas dos tempos clássicos fizeram o elogio nostálgico.

Nesse espírito de penetração, de compreensão, de aceitação do carácter de cada época e das ações e reações dos homens delas, se tem de percorrer zonas onde a História deixou pegadas tão profundas e indeléveis. Zonas onde se encontraram e interpenetraram culturas diversas, embora umas mais evoluídas do que outras, mais dinâmicas, coesas e intelectualizadas do que outras, e por isso umas dominadoras e outras dominadas.

Efetivamente, se nos séculos da colonização do Brasil a cultura europeia e cristã apresenta um vigor que dá aos indivíduos que a professam, com a crença na posse da Verdade, um sistema de certezas bem radicadas, a cultura africana aparece diluída e frouxa e a cultura ameríndia é quase imperceptível.

Que na sociedade brasileira fermentaram essas três culturas ninguém duvida. Mas é curioso como no Direito Brasileiro não ficou traço de qualquer instituição nativa, pública ou privada. Não falo dos africanos, cuja condição servil não permitia influírem na ordem jurídica. Mas os índios, que em grande parte, puderam viver livres, sob a protecção jesuítica, não é curioso que houvessem sido completamente assimilados e se tivessem sujeitado às leis do reino? Porque nem mesmo se formou nos meios coloniais do Brasil um «direito vulgar» de que tenha chegado notícia até nós. É sabido que os cultores do Direito Romano descobriram ter-se verificado com as instituições jurídicas nos países que o império Romano colonizou um fenómeno semelhante ao que se deu com a língua. O latim, à medida que ia sendo falado pelas populações submetidas a Roma ia sofrendo deformações de fonética, morfologia e sintaxe, e originando formas simplificadas, cheias de contribuições locais, o *sermo vulgaris*, a linguagem corrente ou vulgar de cada região, bem diferente da língua clássica. Com o Direito passou-se a mesma coisa: o colonizador chegava e nas colônias ou nas cidades de foro romano impunha as suas leis. Mas com o tempo essas leis sofriam em cada local, sob a pressão das circunstâncias peculiares à terra e ao povo e ao contacto com as tradições jurídicas deste, deformações que originavam novas formas das mesmas instituições, dando origem às variadas versões do Direito Romano vulgar.

Pois bem: não seria natural que aqui, no Brasil, se formasse um Direito resultante da acomodação das leis portuguesas às circunstâncias da terra e da gente, originando interpretações deformantes ou costumes peculiares que fossem diferenciando as ordens jurídicas do reino e da colônia.

Numa sociedade onde conviviam três grupos étnicos, o próprio grupo dominante poderia até querer reservar para si certas instituições tolerando nesses domínios as que fossem próprias dos outros. E mesmo quanto aos colonos portugueses ou seus descendentes, as condições novas em que a sua vida se desenrolava implicaria, porventura, a preterição de normas vigentes em Portugal e a adoção de outras mais adequadas.

A grande preponderancia das autoridades municipais era susceptível de favorecer tal adaptação.

Ora, pouco ou nada disso se encontra. Relativamente aos negros, a grande massa estava reduzida à escravidão, sem direitos reconhecidos, com os indivíduos tratados como cousas. Mas os índios que o jesuítas preservaram e aldearam? Não seria natural achar algum resquício de seus usos no direito praticado? E se os europeus organizados em concelhos é quase certo que muitas vezes se afastariam do prescrito nas *ordenações* e procederiam com tendência para a liberdade anárquica em que os mais fortes acabavam por impor a sua vontade, não ficou disso traço escrito ou na tradição, que se possa englobar num patrimônio jurídico.

Em compensação, o que encontramos, sim, é uma estranha revivescência no Brasil, por geração espontânea, das condições sociais, de costumes e práticas da Idade Média portuguesa.

Não falo do clássico exemplo do feudalismo das capitanias hereditárias, que esse provém de resolução régia e não teve seguimento na linha de sua instituição. Mas o que caracteriza o feudalismo na Europa medieval é o aparecimento da autoridade pública como fato inerente à propriedade privada da terra e a hierarquia que submete os vassallos e os senhores sucessivamente, de acordo com as relações de dependência estabelecidas pelo domínio territorial de cada um.

Ora, num país de tamanha extensão como o Brasil, o fenômeno surge sobretudo no interior, não por decreto, mas porque tem de surgir! A terra é demasiado vasta para ser coberta por uma rede centralizada de agentes do Poder supremo, as comunidades são muito precárias para que seja possível a presença assídua oportuna e eficaz da justiça régia ou da administração central. Então o proprietário, fazendeiro ou senhor de engenho, tem de assumir as funções da autoridade para fazer justiça, para resolver os problemas de interesse comum, para manter a coesão e a segurança do seu clan. Mais do que na existência de escravos, é nestas circunstâncias sociais que eu filio o aparecimento desses feudos numerosos, onde imperava o proprietário, primeiro o homem mais temido e influente

depois, que chegaram até à beira dos nossos dias sob a forma do coronelismo. E que o Poder central só podia atingir através da fidelidade do senhor, estabelecida no século XIX mediante a atribuição da patente da guarda nacional ou da inserção na disciplina do partido político

Seria apaixonante o aprofundamento do estudo deste feudalismo brasileiro, surgido sob formas originais e próprias dos tempos modernos, mas onde se verificam características essenciais inconfundíveis. Não foi às cegas que Diogo de Vasconcellos, ao pesquisar a História de Minas Gerais, vislumbrou nela uma idade média. Estamos habituados a empregar estas divisões apenas em relação à História da Europa: mas todas as sociedades passam por estádios semelhantes. Spengler pôs em evidência a sucessão dos ciclos que as diversas culturas atravessam — com infância, juventude, maturidade, velhice — e morte. Ou, se preferirmos, com primavera, verão, outono e inverno. Pois os países, sobretudo os grandes países com a vastidão continental do Brasil, a imensidade dos seus espaços vazios, a infinita variedade das suas riquezas, a mescla admirável do seu povo, também tem as suas fases históricas próprias. A Idade Média Brasileira não é a das capitánias — como quis Malheiro Dias. É outra, que só pode ser considerada mediana quando se diga onde findou a idade antiga do País e onde começou a idade que possa comparar-se à moderna da Europa.

E ainda mais uma nota acerca deste ponto, que convém juntar: é que em tamanha e tão variada Nação o desenvolvimento não é simultâneo e uniforme. Caracterizado aquilo que poderíamos chamar idade antiga, idade média, idade moderna, na História Brasileira poderemos encontrar regiões que já atingiram a idade moderna, enquanto outras ainda se achavam em qualquer das anteriores.

Entretanto, quantos exemplos dessas aparições surpreendentes de costumes medievais portugueses no passado do Brasil poderiam ser aduzidos! Tomemos um. Na época da Reconquista na Península Ibérica, os senhores, com suas comitivas, que em expedição exploradora se propunham conquistar terras aos infiéis fazendo *presuria*, para incorporar as conquistas no

território do reino, avançavam em cavalgada «cum cornu et albende de rege» — isto é, com trombeteiros prontos a tocar a trompa feita de chifre quando fosse necessário, e ostentando o pendão real que os unia entre si e distinguia do inimigo. Não estamos nós aqui a ver as entradas dos paulistas no sertão atrás da sua bandeira, previamente abençoada, que os unia e conduzia na perseverança da marcha para o Oeste? Num caso e noutra a bandeira é distintivo do grupo, é afirmação da publicidade do feito (não clandestino ou de um bando privado), é sinal da legitimidade da ocupação, referida a um poder superior.

O predomínio da cultura portuguesa, a preocupação que tinham os colonos de reconstituir aqui a vida social, os costumes e tradições, as instituições jurídicas, até a arquitectura civil e religiosa e as formas estéticas que se praticavam no reino distante, teve, porém, uma influência decisiva na definição do carácter da sociedade colonial e da pátria brasileira. Essa cultura foi integradora de muitas contribuições, mas a todas deu estrutura e imprimiu unidade.

É curioso ver como a própria religião animista dos negros se integra na religião católica. Os africanos traziam consigo da selva um conjunto de convicções a que se apegavam no meio do abalo representado pela transplantação do meio nativo para este outro meio. Lembraram-se os missionários, a fim de facilitar a catequese, de lhes mostrar como as suas crenças, traduzindo uma religião natural, penunciavam a revelação cristã, de tal modo que na Igreja Católica poderiam encontrar, sob formas esclarecidas, o mesmo em que acreditavam. E os negros acolheram a doutrina cristã, e a história de Cristo, e o agiólogo da Igreja ajustando-os à teoria das suas divindades e vendo por detrás da Virgem e dos Santos as forças espirituais a que prestavam culto.

A religião católica foi, na verdade, como tantas vezes tem sido sublinhado, o elemento aglutinante dessa sociedade pluri-racial, esparsa e indisciplinada como ainda no século XVIII é a sociedade brasileira. O paganismo índio ou africano seriam particularistas e individualizantes: ao batizar todas as gentes que iam participando no povoamento do Brasil dava-se-lhes,

no seio da Igreja, um lar comum, com uma só filosofia da vida, um só sistema de compreensão do homem e do universo. Podiam os pretos ou os pardos formar irmandades, confrarias, ordens terceiras, à parte, e pôr em evidência os santos de sua cor: não obsta a que eram associações da mesma assembléia de fiéis com o mesmo culto prestado a Deus, à Virgem e aos Santos. Se por detrás deles espreitavam os espíritos gentílicos, os sacerdotes fechavam os olhos como Frei Bartolomeu Ferrira fez à mistura nos *Lusíadas* do maravilhoso pagão com o maravilhoso cristão. O importante era que, na altura própria, o falso deus adorasse o verdadeiro.

A unidade religiosa é importantíssima até para a compreensão da conservação da unidade política e da unidade jurídica. A estreita ligação então existente entre o Direito português e a moral católica levava as pessoas, de uma maneira geral, a sentir-se obrigadas em consciência ao acatamento da autoridade e à observância das prescrições do soberano — imagem de Deus na Terra... E convencia-se de que as leis vigentes eram expressão de ditames superiores, tradução de uma Ordem que na sociedade repetia a Ordem da Natureza.

Permito-me repetir aqui o que já disse um dia ao contrapôr dois tipos de civilização: uma a que chamei agrária, e outra mecânica ou industrial.

O predomínio da agricultura modelou certas formas de vida tradicional. A Natureza é estável, imperiosa e majestosa. As suas leis revelam uma harmonia sábia e ordenada, ditada por uma inteligência transcendente contra a qual pouco pode a vontade humana. O ritmo das estações sucede-se com uma regularidade imperturbável desde os começos da criação e tudo a ele se submete com docilidade. A civilização agrária exige a conformação do homem com o Cosmos, é a civilização da paciência. De que vale alguém agitar-se por a semente não germinar mais depressa, o caule não crescer logo que a planta é semeada, as flores e os frutos não virem quando se quer? Tudo tem o seu tempo, a Natureza é inexorável. O homem põe, Deus dispõe. Faz-se o gesto e aguarda-se pacientemente. Se as tempestades ou os cataclismos destroem o labor de muitos

dias ou muitos anos, não há mais a fazer do que recomeçar resignadamente. Da civilização agrária desprende-se assim uma lição de permanência, de continuidade, de ordem ritmada e de resignação paciente que informava sociedades conservadoras e monárquicas crentes na vigência de valores eternos e na origem divina das leis e da autoridade que as impõe.

«Pelo contrário, na civilização mecânica a Natureza é subalternizada, para não dizer desprezada. O urbanismo que a caracteriza afasta o homem da comunhão com as coisas naturais. A razão descobre instrumentos graças aos quais os obstáculos à vontade do homem são derrubados, a produção das máquinas não depende das estações, nem tem os limites da fertilidade da terra. Produz-se quando, como e onde se quer. Os homens, orgulhosos do poder da sua inteligência e do seu engenho, não suportam mais os condicionamentos da fatalidade, Tudo pode ser resolvido com maior potência do motor e uso hábil do acelerador, do volante e do travão. Generaliza-se assim um estado de espírito impaciente que não tolera demoras nem compreende atrasos. Impaciência por não chegar depressa a cada um o quinhão de bens da vida que lhe compete, impaciência por não desaparecer num ápice a miséria ou a pobreza, impaciência por subsistirem ainda os últimos redutos da necessidade... Uma impaciência que está ligada à própria aceleração da história como causa e efeito, porque impele sempre mais e mais a novas conquistas técnicas, mas por outro lado faz exacerbar nos ânimos o inconformismo com o que ainda falta resolver».

Faltou-me neste quadro pôr em destaque as crises da impaciência surgidas no desenrolar paciente do mundo agrário. Um tipo dessas crises é dado pela corrida às minas. Os homens abandonam lavouras e desprezam o ritmo calmo da vida para abraçarem a aventura e buscarem arrancar à terra, num abrir e fechar de olhos, a riqueza que os liberta da condenação bíblica a obter do esforço penoso o pão quotidiano.

Aqui tivemos uma dessas crises, surgidas com particular vigor. Criava-se, assim, um estado de espírito intermédio dos dois tipos de civilização. Uma situação crítica, de curta duração no seu espaço econômico, mas que deixará um sulco profundo

na mentalidade da região. A idéia que a vida agrária corresponde a uma ordem natural que tem a sua expressão na Monarquia abalada na sociedade mineira. O rei deixa de figurar a imagem do Pai comum, assente no trono como Deus no Céu, para surgir sob a firma do fisco que arrebatava uma parte do que a sorte e o trabalho dão.

Aquela comunidade ativa e rica que mudou a face da terra na região e transformou, com o ouro extraído por seu esforço, a economia da época, julga que o destino está nas suas mãos. E nasce o sentimento republicano.

Senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores:

Bem lhes disse no início desta conversa que não esperassem ouvir nela coisas originais. E já me daria por feliz se em vosso juízo fosse proferida sentença concluindo não ter eu aprendido muito mal a lição. A lição colhida em tantos autores lidos e agora na deleitada contemplação de tantas coisas que esta viagem me proporcionou.

Nela tive por companheiro constante o meu querido amigo Vivaldi Moreira, guia inestimável, que com a sua cultura escolhida, a sua inteligência aberta, a sua sensibilidade delicada, a sua alegria bondosíssima, o seu coração de oiro, em todos os momentos soube completar a minha visão da natureza e das obras nela implantadas pelos homens, com a revelação dos primores do carácter e da hospitalidade mineiras.

Nunca mais esquecerei o primeiro encontro com o santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas, onde esse espantoso escultor que foi o Aleijadinho deixou, com a mensagem de sua piedade cristã, o supremo testemunho de um génio inclinado a descortinar o que Unamuno chamou o *sentimento trágico da vida*, quer na atitude inspirada, expectante e anunciadora dos profetas, quer nas cenas da Paixão em que

com tamanho dramatismo se exprime o sofrimento do Redentor, a coragem das santas mulheres e a ambiguidade de comportamento dos apóstolos, enquanto a comparsaria é deixada ao sentido caricatural e à hostilidade ofendida dos seus ajudantes pretos, decerto recém batizados.

Nem tão pouco essa feiticeira cidade de Ouro Preto, prodigiosamente conservada no seu conjunto como monumento atestador da vida social no período áureo da actividade mineiradora, povoada de tantas sombras eloquentes e que se tem de visitar pela mão de dois poetas: com o guia turístico de Manuel Bandeira e guia sentimental de Henriqueta Lisboa contido nas páginas de *Madrinha Lua*.

E Mariana? Como exprimir a admiração com que acompanhei o seu dinâmico Arcebispo na visita ao rico museu da Arquidiocese, depois de me ter extasiado perante a opulência do seu arquivo?

Não vou omitir a emoção com que estive na pequena cidade, postada perante maravilhosa paisagem serrana, que tem o nome de Tiradentes; nem a surpresa que me causaram as igrejas de São João del Rei, das quais São Francisco é porventura o mais belo exemplar da arquitectura criada dentro do espírito do barroco mineiro.

Mas o Museu de Ouro de Sabará, esse prodígio de bom gosto e de seguro critério na restauração e no aproveitamento do lindo exemplar de casa colonial que é a antiga sede da Intendência do Ouro e na escolha e exposição dos documentos demonstrativos da actividade extrativa no distrito! E a misteriosa chinesice da Igreja de Nossa Senhora do Ó, e a admirável restauração da Matriz da Senhora da Conceição... Que privilégio o meu, o de ter percorrido Sabará depois de lido o livro de Lúcia Machado de Almeida, na Companhia de tão esclarecido e culto guia como é António Joaquim de Almeida!

Durante estes dias, porém, eu não me limitei a visitar monumentos e a deleitar-me na contemplação da exuberância de obras de arte neles semeadas: olhei com atenção a terra que atrevesava, procurei penetrar na alma da gente.

E ao ver desdobrarem-se as montanhas numa sucessão que não finda mais, e ao cogitar no esforço titânico exigido aos homens que partiram do litoral, a pé ou montados em pacientes azêmolas, para durante dias e dias, semana após semana, vencerem um por um os obstáculos naturais, penetrando mais, sempre mais, no coração deste prodigioso Brasil, pareceu-me compreender melhor o caráter do mineiro. O caráter desta raça de gente que esteve na origem da Independência e depois durante tantos anos, hábil e firme na política, deu leis ao País inteiro: que desde os primeiros tempos da prosperidade econômica foi reflexiva e inteligente que gerou uma plêiade de poetas, romancistas, pensadores que nunca mais deixou de renovar-se com novos valores, e marca nos domínios da cultura, para este Estado, posição não inferior à conquistada no Plano do Governo da União.

Aprendi aqui muita coisa. Mas aprendi sobretudo a conhecer melhor e respeitar ainda mais os mineiros. E a ter fé no futuro desta região que, como todo o Brasil, nestes tempos de inquietação e de incerteza no mundo, possui reservas naturais assombrosas, mas acima de tudo pode contar com o otimismo sadio e a energia voluntariosa de um povo bom, que nos sacrifícios do passado ganhou experiência e o ímpeto com que há-de corajosamente vencer os obstáculos que se lhe oponham à conquista do porvir!